



Estratégia
Concursos

3º SIMULADO

TJRJ

ANALISTA JUDICIÁRIO
SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL

Simulado Especial

3º Simulado TJ-RJ Analista Judiciário

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 - A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 - Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 - Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 - O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-22-03>

01 - A B C D E
02 - A B C D E
03 - A B C D E
04 - A B C D E
05 - A B C D E
06 - A B C D E
07 - A B C D E
08 - A B C D E
09 - A B C D E
10 - A B C D E
11 - A B C D E
12 - A B C D E
13 - A B C D E
14 - A B C D E
15 - A B C D E
16 - A B C D E
17 - A B C D E
18 - A B C D E
19 - A B C D E
20 - A B C D E

21 - A B C D E
22 - A B C D E
23 - A B C D E
24 - A B C D E
25 - A B C D E
26 - A B C D E
27 - A B C D E
28 - A B C D E
29 - A B C D E
30 - A B C D E
31 - A B C D E
32 - A B C D E
33 - A B C D E
34 - A B C D E
35 - A B C D E
36 - A B C D E
37 - A B C D E
38 - A B C D E
39 - A B C D E
40 - A B C D E

41 - A B C D E
42 - A B C D E
43 - A B C D E
44 - A B C D E
45 - A B C D E
46 - A B C D E
47 - A B C D E
48 - A B C D E
49 - A B C D E
50 - A B C D E
51 - A B C D E
52 - A B C D E
53 - A B C D E
54 - A B C D E
55 - A B C D E
56 - A B C D E
57 - A B C D E
58 - A B C D E
59 - A B C D E
60 - A B C D E

PORTUGUÊS

No dia 21 de setembro, é comemorado, no Brasil, o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Essa data foi oficializada em 2005 pela Lei Nº 11.133, entretanto, já era comemorada desde o ano de 1982. O 21 de setembro foi escolhido porque está próximo do início da primavera, estação conhecida pelo aparecimento das flores. Esse fenômeno representaria o nascimento e renovação da luta das pessoas com deficiência.

Segundo a Lei Nº 13.146/15, a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Assim sendo, o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência surgiu como forma de garantir a integralização dessas pessoas na sociedade de maneira igualitária e sem preconceitos.

A deficiência atinge diferentes níveis e pode ser classificada em quatro tipos: a física, a auditiva, a visual e a mental.

◆ Deficiência Física

O paciente apresenta problemas no seu corpo que comprometem o desenvolvimento de funções físicas. Esse tipo é encontrado, por exemplo, em paraplégicos ou em pessoas com paralisia, membros amputados ou deformidades congênitas.

◆ Deficiência Auditiva

As pessoas com deficiência auditiva, por sua vez, são aquelas que possuem perda bilateral, parcial ou total do sentido da audição. Essa perda da capacidade de ouvir pode ser causada por problemas diversos, tais como doenças hereditárias, doenças maternas, problemas no parto, infecções virais, lesões, entre outras causas.

◆ Deficiência Visual

As pessoas com deficiência visual são aquelas que apresentam problemas que dificultam a visualização de objetos. É considerado deficiente visual aquele que é cego ou apresenta uma baixa visão. Vale ressaltar que problemas como astigmatismo, miopia e hipermetropia não são considerados deficiências.

◆ Deficiência mental

Na deficiência mental, as pessoas apresentam funcionamento mental abaixo da média. Vale destacar que, para ser considerada uma deficiência, os sintomas devem surgir antes dos 18 anos de idade.

Percebe-se, portanto, que existem diferentes tipos de deficiência e cada uma é responsável por um tipo diferente de limitação. Muitas vezes, essas limitações podem comprometer a qualidade de vida do indivíduo; por isso, faz-se de extrema necessidade o desenvolvimento de medidas de inclusão.

Muitas conquistas já foram obtidas, mas muitas pessoas com deficiências ainda sofrem com a falta de acessibilidade e preconceitos. A falta de acessibilidade é uma grande barreira, uma vez que impede, muitas vezes, a locomoção, a comunicação e até mesmo o direito à informação. Já o preconceito faz com que a deficiência se torne um empecilho para arrumar um emprego ou continuar os estudos, por exemplo.

O infográfico abaixo traz, de acordo com os dados do último Censo 2010, o número de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência.

Deficientes no Brasil

Assim sendo, a luta deve ser constante, e o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência é uma oportunidade para demonstrar força na busca pelos direitos dessas pessoas.

<https://www.orientarcentroeducacional.com.br/noticias>

01. Um título para o texto poderia ser:

- a) A deficiência física não tem cura
- b) A busca da cura da deficiência física e mental
- c) Causas de deficiência física no Brasil
- d) Deficiência: a busca por direitos
- e) Deficiência auditiva é maior nos últimos anos

02. Julgue as afirmações e marque a alternativa correta.

- I - A comemoração do dia nacional de luta das pessoas com deficiência iniciou-se no dia 21 de setembro de 2005.
- II - No primeiro parágrafo, a locução “no Brasil” está separada por dupla vírgula por ser adverbial e estar intercalada.

III - Na expressão “a pessoa com deficiência” (2º parágrafo), o termo “com deficiência” caracteriza o substantivo “pessoa”.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Somente a afirmação I está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) Somente a afirmação III está correta.

03. O conectivo que liga as duas orações do período “Essa data foi oficializada em 2005 pela Lei Nº 11.133, entretanto, já era comemorada desde o ano de 1982.” (1º parágrafo) pode ser substituído, mantendo-se a correção e o sentido, por:

- a) no entretanto
- b) conquanto
- c) embora
- d) todavia
- e) apesar de

04. Marque a alternativa em que o termo destacado apresente valor agente.

- a) “Essa data foi oficializada em 2005 pela Lei Nº 11.133, entretanto, já era comemorada desde o ano de 1982.” (1º parágrafo)
- b) “O 21 de setembro foi escolhido porque está próximo do início da primavera, estação conhecida pelo aparecimento das flores.” (1º parágrafo)
- c) “Assim sendo, o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência surgiu como forma de garantir a integralização dessas pessoas na sociedade de maneira igualitária e sem preconceitos.” (2º parágrafo)
- d) “A deficiência atinge diferentes níveis e pode ser classificada em quatro tipos: a física, a auditiva, a visual e a mental.” (3º parágrafo)
- e) “Assim sendo, a luta deve ser constante, e o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência é uma oportunidade para demonstrar força na busca pelos direitos dessas pessoas.” (último parágrafo)

05. A reescrita com correção gramatical e preservação de sentido do período “O 21 de setembro foi escolhido porque está próximo do início da primavera, estação conhecida pelo aparecimento das flores.” (1º parágrafo) é a seguinte:

- a) Conquanto esteja próximo do início da primavera, a estação conhecida pelo aparecimento das flores foi escolhida em 21 de setembro.
- b) Estação conhecida pelo aparecimento das flores, o 21 de setembro foi escolhido porque está próximo do início da primavera.
- c) Foi escolhido, em 21 de setembro, porque está próximo do início da primavera, estação conhecida pelo aparecimento das flores.
- d) O 21 de setembro foi escolhido próximo do início da primavera, estação conhecida pelo aparecimento das flores.
- e) Escolheu-se o dia 21 de setembro, porquanto está próximo do início da primavera, estação conhecida pelo aparecimento das flores.

06. Em relação ao período “Percebe-se, portanto, que existem diferentes tipos de deficiência e cada uma é responsável por um tipo diferente de limitação.” (8º parágrafo), marque a alternativa correta.

- a) A conjunção “portanto” pode ser substituída por **pois**, mantendo-se o sentido e a correção gramatical.
- b) O verbo “Percebe” deve se flexionar no plural para concordar com “diferentes tipos de deficiência”.
- c) Mesmo com mudança de tempo, o verbo “existem” pode ser substituído por “houveram”, mantendo-se a correção gramatical.
- d) O vocábulo “se” é um pronome reflexivo.
- e) A inserção de “delas” imediatamente após o sujeito “cada uma” permite a flexão do predicado nominal “é responsável” por **são responsáveis**, com correção gramatical.

07. A respeito do período “Segundo a Lei Nº 13.146/15, a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (2º parágrafo), julgue as afirmações e marque a alternativa correta.

I - O substantivo “natureza” pode ser pluralizado, mantendo-se a correção gramatical.

II - O vocábulo “Segundo” pode ser substituído por **Consoante**, mantendo-se o sentido e a correção gramatical.

III - O pronome relativo “o qual” retoma “impedimento”.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Somente a afirmação I está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) Somente a afirmação III está correta.

08. A respeito do último parágrafo do texto, marque a alternativa **incorreta**.

- a) A expressão “Assim sendo” pode ser entendida como um sequenciador conclusivo, por isso pode ser substituído por “Portanto”, mantendo-se a correção gramatical e a coesão.
- b) As expressões “deve ser constante” e “é uma ótima oportunidade” podem ser percebidas como modalizadores discursivos, isto é, indicam o posicionamento do autor.
- c) A vírgula após “constante” é facultativa, por isso pode ser excluída sem prejuízo gramatical.
- d) A preposição “para” pode ser substituída por **afim de**, mantendo-se a correção gramatical e o sentido.
- e) O termo “uma oportunidade” caracteriza o termo “o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência”.

09. Marque a alternativa que permite uma dupla interpretação, isto é, uma ambiguidade.

- a) “No dia 21 de setembro, é comemorado, no Brasil, o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.” (1º parágrafo)
- b) “Esse fenômeno representaria o nascimento e renovação da luta das pessoas com deficiência.” (1º parágrafo)
- c) “A deficiência atinge diferentes níveis e pode ser classificada em quatro tipos: a física, a auditiva, a visual e a mental.” (3º parágrafo)
- d) “O paciente apresenta problemas no seu corpo que comprometem o desenvolvimento de funções físicas.” (4º parágrafo)
- e) “Muitas conquistas já foram obtidas, mas muitas pessoas com deficiências ainda sofrem com a falta de acessibilidade e preconceitos.” (9º parágrafo)

10. Marque a alternativa em que o vocábulo “que” **não** apresenta valor anafórico.

- a) “a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo” (2º parágrafo)
- b) “O paciente apresenta problemas no seu corpo que comprometem o desenvolvimento de funções físicas.” (4º parágrafo)
- c) “são aquelas que possuem perda bilateral, parcial ou total do sentido da audição” (5º parágrafo)
- d) “É considerado deficiente visual aquele que é cego ou apresenta uma baixa visão.” (6º parágrafo)
- e) “Vale ressaltar que problemas como astigmatismo, miopia e hipermetropia não são considerados deficiências.” (6º parágrafo)

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

11. Conforme a Lei Municipal nº 6.956/2015 (LODERJ), o Presidente do Tribunal de Justiça é o Chefe do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, sendo suas atribuições:

- I. dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir as eleições para os cargos de direção e as sessões do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura.
- II. organizar tabela de substituição de magistrados em casos de suspeições e faltas ocasionais.
- III. prover e declarar vagas as funções de confiança, com exceção daquelas vinculadas à Corregedoria Geral de Justiça.
- IV. tomar parte nos julgamentos do Órgão Especial, sem as funções de relator ou revisor, salvo quando vinculado por vista ou distribuição anterior.

Marque a alternativa correta.

- a) II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

12. Com base na LODERJ, a Correição Geral, observado calendário organizado pela Corregedoria Geral da Justiça, será realizada -----, e, nas demais serventias, pelos Juízes especialmente designados pelo Corregedor-Geral da Justiça. Marque a alternativa que completa corretamente a lacuna acima.

- a) anualmente pelos Magistrados nas serventias a eles diretamente subordinadas.
- b) semestralmente pelos Magistrados nas serventias a eles diretamente subordinadas.
- c) bimestralmente pelos Magistrados nas serventias a eles diretamente subordinadas.
- d) mensalmente pelos Magistrados nas serventias a eles diretamente subordinadas.
- e) anualmente pelos Magistrados nas serventias a eles diretamente subordinadas ou não.

13. Nos termos da Lei n.º 4.620/2005, a promoção ou progressão funcional, ocorrerá em:

- a) 05 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja igual ou maior a 13.150 servidores.
- b) 02 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja maior que 12.900 servidores e menor que 13.150 servidores.
- c) 04 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja igual ou maior a 13.155 servidores
- d) 03 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja maior que 13.000 servidores e menor que 13.500 servidores.
- e) 03 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja maior que 12.900 servidores e menor que 13.150 servidores.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Julgue o item seguinte com base no Decreto nº 2.479/1979, que aprova o regulamento do Estatuto dos funcionários públicos civis do estado do Rio de Janeiro.

14. João, servidor público civil do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro, exercendo seu direito de petição, apresentou requerimento à autoridade competente, o qual foi indeferido. Nessa situação, com base no Decreto nº 2.479/1979, João poderá:

- a) apresentar pedido de reconsideração à mesma autoridade, e, no caso de novo indeferimento, o pedido de reconsideração não poderá ser renovado, mas João poderá apresentar recurso hierárquico.
- b) apresentar pedido de reconsideração à mesma autoridade, podendo renová-lo no caso de indeferimento.
- c) apresentar recurso hierárquico, uma vez que esse caso não comporta a interposição de pedido de reconsideração.
- d) interpor recurso de reconsideração, direcionado à autoridade superior àquela que indeferiu o primeiro pedido, mas o pedido não poderá ser renovado.
- e) interpor recurso de reconsideração, direcionado à autoridade superior àquela que indeferiu o primeiro pedido, e o pedido poderá ser renovado uma única vez.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

15. À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, conceder licença aos Juízes de primeiro grau é competência do

- a) presidente do TJ
- b) corregedor do TJ
- c) tribunal pleno
- d) órgão especial
- e) conselho da magistratura

16. À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cabe ao Órgão Especial

- a) Eleger o Corregedor-Geral de Justiça
- b) Eleger 2 Desembargadores e 4 Juízes de Direito para integrarem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e seus respectivos suplentes
- c) Eleger sete Desembargadores, estranhos ao Órgão Especial, que devam integrar o Conselho da Magistratura
- d) indicar ao Presidente do Tribunal, em lista tríplice, nomes de Advogados ou membros do Ministério Público, para composição do quinto do Tribunal de Justiça;
- e) Elaborar lista tríplice de advogados para nomeação pelo Presidente da República para comporem o Tribunal Regional Eleitoral.

17. De acordo com o Regimento Interno do TJRJ, o mandado de segurança impetrado, no TJRJ, contra ato do governador do Rio deve ser processado e julgado originariamente.

- a) pelo Órgão Especial
- b) pelo Conselho da Magistratura
- c) pelo Tribunal Pleno
- d) pelo presidente do TJ
- e) pela Câmara Cível.

18. Com base na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção que indica o nome do instrumento utilizado para aplicar disposições ao caso concreto e instaurar procedimento disciplinar.

- a) Provimento
- b) Portaria
- c) Aviso
- d) Convocação
- e) Ordem de Serviço

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. A Lei nº 13.146/2015 assegura atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa com deficiência não participará da elaboração das políticas de saúde, cabendo tal elaboração apenas ao Poder Público.
- b) As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar diagnóstico e intervenção precoces, realizados por equipe especializada em pessoas com deficiência e suas necessidades.
- c) Os planos e seguros privados de saúde, em razão da condição da pessoa com deficiência, poderão cobrar taxas ou valores diferenciados proporcionais ao grau de deficiência apresentado pelo contratante.
- d) À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, de acordo com as instalações físicas do local.
- e) Aos profissionais que prestam assistência à pessoa com deficiência, especialmente em serviços de habilitação e de reabilitação, deve ser garantida capacitação inicial e continuada.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

20. Acerca de valores e virtudes, assinale a alternativa INCORRETA.
- a) A virtude representa o conjunto ideal de todas as qualidades essenciais que constituem o homem de bem. Esse homem de bem, portanto, seria o homem virtuoso.
 - b) O valor é propriedade intrínseca dos objetos em si, reconhecida pelo homem como ser social.
 - c) No campo ético, valores são objetos da escolha moral, surgindo como parte da noção humana de perfeição.
 - d) O ser humano dá valor às coisas, distinguindo aspectos que podem chamar sua atenção e despertar necessidades
 - e) Aristóteles considera que os impulsos humanos podem levar o indivíduo a extremos em termos de comportamento, e esses extremos representam o vício (o contrário da virtude).

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Quanto à responsabilidade civil por danos causados por seus agentes a terceiros, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) A responsabilidade aquiliana sob a teoria objetiva alcança as fundações públicas, sejam de direito público ou privado.
 - b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e subjetiva, em relação a não-usuários do serviço.
 - c) Nas situações em que houver violação de dever específico de proteção, a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é objetiva.
 - d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
 - e) É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.

22. A modalidade licitatória por meio da qual o poder público oportuniza a participação aos interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas no cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas é denominada

- a) tomada de preços.
- b) concorrência.
- c) leilão.
- d) pregão.
- e) convite.

23. O Estado do Rio de Janeiro, por meio do seu Tribunal de Justiça, celebrou contrato administrativo para edificação de novo anexo, que deverá abrigar as varas especializadas em infância e juventude da capital. A empresa contratada, no entanto, paralisou a obra, sem justa causa ou prévia comunicação à Administração. Tal circunstância enseja:

- a) a rescisão do contrato, por ato unilateral e escrito da Administração, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.
- b) a aplicação de sanções, mas não a rescisão do contrato.
- c) a rescisão do contrato, desde que de comum acordo.
- d) a anulação do contrato.
- e) a rescisão judicial do contrato.

24. Quanto às características do controle judicial da administração pública, é correto afirmar que:

- a) independe de provocação.
- b) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas da União.
- c) examina os atos praticados quanto à aplicação de subvenções.
- d) em geral é realizado em caráter preventivo.
- e) pode resultar no desfazimento de atos discricionários.

25. É característica dos atos praticados pela Administração a partir da qual seu conteúdo é imposto unilateralmente aos particulares, mesmo quando eivado de desconformidades com a lei:

- a) presunção de veracidade.
- b) autoexecutoriedade.
- c) imperatividade.
- d) tipicidade.
- e) onerosidade.

26. Durante a execução de determinado contrato de concessão de serviço público, o prestador descumpriu cláusulas contratuais, em prejuízo da adequada prestação do serviço. Após apuração conduzida por meio do devido processo legal, em que foi assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, restou comprovada a inadimplência do concessionário, sendo facultado ao poder concedente extinguir a concessão mediante:

- a) encampação
- b) intervenção
- c) rescisão
- d) anulação
- e) caducidade

DIREITO CONSTITUCIONAL

27. Certa noite, uma delegacia de polícia, localizada em um bairro do Rio de Janeiro, recebe uma ligação anônima, informando que dois adolescentes que haviam sido sequestrados estavam sendo mantidos em cárcere privado, no interior de um trailer, veículo automotor utilizado para a moradia do suposto criminoso. A fim de averiguar a possível ocorrência do crime, dois policiais imediatamente se dirigiram ao local mencionado e, para sua surpresa, avistaram um homem empurrando duas pessoas, que muito se assemelhavam à descrição das prováveis vítimas, em direção ao interior do automóvel. Uma possível atitude a ser tomada pelas autoridades seria:

- a) Embora caracterizada a situação de flagrância, a autoridade policial não poderia ter se baseado em

denúncia anônima para proceder às averiguações feitas no local, o que impede o ingresso no veículo e a utilização de quaisquer provas obtidas por meio dessa diligência.

b) Solicitar à autoridade superior a colheita de elementos aptos a subsidiar eventual investigação sobre o caso, uma vez que nenhuma medida poderia ser tomada com base unicamente em delação anônima.

c) Retornar no dia seguinte, durante o período diurno, munidos de mandado judicial para, somente então, adentrar no recinto e, se for o caso, efetuar a prisão do suposto sequestrador.

d) Invadir o local, a qualquer hora do dia ou da noite, uma vez que veículos de qualquer natureza não são abrangidos pelo sigilo domiciliar.

e) Invadir o veículo e, se for o caso, prender o criminoso, ainda que no período da noite, já que se trata de hipótese de flagrância e, nessa situação, não se exige autorização judicial para o ingresso no local.

28. Dinaldo é juiz estadual e, por motivo de interesse público, foi posto em disponibilidade por decisão de três quintos dos membros do Tribunal de Justiça correspondente. A partir daquele momento decide, então, exercer a advocacia e fundar um partido político. De acordo com o que determina a CF/88, Dinaldo:

a) Apenas poderia ter se dedicado ao exercício da advocacia após decorridos três anos de seu afastamento.

b) Não poderia exercer as atividades mencionadas, nem mesmo após ter sido regularmente posto em disponibilidade, mas estaria autorizado a desempenhar a função de magistrado.

c) Apenas estará impedido, nos 3 anos seguintes ao seu afastamento, de exercer a advocacia no juízo em que desempenhava suas atribuições.

d) Não poderia ter sido colocado em disponibilidade, uma vez que a decisão do Tribunal foi proferida em desrespeito aos requisitos constitucionais exigidos para a imposição da referida sanção.

e) Poderá fundar o partido, mas não poderá lançar-se candidato a cargos eletivos enquanto não atingir a idade limite para a aposentadoria compulsória.

29. Clóvis foi reeleito governador do Estado do Rio de Janeiro. Nas próximas eleições, pretende se candidatar ao cargo de prefeito de seu município, disputando o pleito com sua filha, Clementina, que atualmente possui 20 anos de idade. À luz das limitações impostas pelo texto constitucional ao exercício dos direitos políticos, pode-se inferir que:

- a) Ambos estarão impedidos de concorrer a qualquer cargo eletivo na circunscrição do Estado, incluindo o cargo de prefeito, já que Clóvis encontra-se no exercício de seu segundo mandato.
- b) Clementina não poderá se candidatar, já que não terá atingido a idade mínima exigida para o cargo de prefeita, nas próximas eleições.
- c) Clóvis, ainda que decida renunciar nos 6 meses anteriores ao fim do atual mandato, somente poderá concorrer a cargos eletivos federais.
- d) Ambos poderão concorrer às eleições para prefeito, desde que Clóvis se desincompatibilize nos seis meses anteriores ao pleito.
- e) Clóvis poderá pleitear o mandato de prefeito, caso se desincompatibilize nos seis meses anteriores à eleição, mas Clementina não poderá concorrer à eleição para o mesmo cargo, por incidir em inelegibilidade reflexa.

30. Suponha que o Senado Federal tenha editado resolução fixando a remuneração de seus membros e de seus servidores. Em momento seguinte, o Congresso nacional decide editar decreto legislativo dispendo acerca da remuneração do Presidente da República, dos Ministros de Estado e dos Ministros do STF. Nessas condições, é possível concluir que:

- a) Tanto a resolução do Senado quanto o decreto legislativo do Congresso Nacional são inconstitucionais, por veicularem apenas matérias reservadas à edição de lei.
- b) Não há qualquer impedimento previsto na atual Constituição para a disciplina dos temas mencionados por ato próprio do Poder Legislativo.
- c) Tanto a resolução do Senado, ao dispor sobre a remuneração de seus membros e servidores, quanto o decreto legislativo, ao ignorar a exigência de sanção presidencial para a fixação da remuneração dos Ministros do STF, devem ser declarados inconstitucionais.

d) Tanto a resolução do Senado, ao dispor sobre a remuneração de seus membros e servidores, quanto o decreto legislativo, ao ignorar a exigência de sanção presidencial para a fixação da remuneração do Presidente e dos Ministros de Estado, devem ser declarados inconstitucionais.

e) Apenas o decreto legislativo do Congresso Nacional, ao tratar da remuneração dos Ministros do STF, incorreu em inconstitucionalidade, sendo admitida a fixação da remuneração dos membros do Senado por ato próprio da respectiva Casa.

31. Nicolau foi eleito Presidente da República, mas, na data marcada para a posse, ele deixa de comparecer. Na ocasião, assume o cargo Jeremias, eleito como Vice, que passou a governar sozinho como titular. Analisando-se a situação hipotética descrita, pode-se afirmar que, segundo os ditames constitucionais:

- a) Jeremias deveria ter aguardado o prazo de 10 dias para a posse de Nicolau e, só então, caso este não assumisse, ele poderia ter ocupado a vaga do titular.
- b) Deveriam ter sido convocadas eleições diretas, já que a vacância se deu ainda no início do mandato.
- c) Jeremias assumiu o cargo seguindo o procedimento constitucionalmente previsto para a situação, mas dentro de 10 dias contados da data marcada para a posse novas eleições deveriam ter sido convocadas para a escolha de um novo representante.
- d) Como o titular não chegou a assumir o cargo, não há que se falar em substituição pelo Vice, caso em que deveria ter sido chamado a ocupar a vaga o segundo candidato mais votado nas eleições.
- e) Não há qualquer irregularidade na posse de Jeremias no cargo, mas o Congresso Nacional, nessa situação, ficará encarregado de realizar eleições indiretas para a escolha do novo Vice-Presidente.

32. A Constituição Federal exige que o Presidente da República, ao adotar medida provisória, deverá submetê-la _____ ao _____. Caso não seja convertida em lei no prazo de _____ dias, _____, perderá eficácia, _____. Assinale a alternativa que completa, corretamente, as lacunas anteriores:

- a) Em até 48 horas; Congresso Nacional; 45, prorrogável uma única vez por igual período, desde o momento de sua edição.
- b) De imediato; Senado ou à Câmara; 45; prorrogável uma única vez por igual período, a partir de então.
- c) Em até 24 horas; Congresso Nacional; 45; improrrogáveis, a partir de então.
- d) De imediato; Congresso Nacional; 60, prorrogável uma única vez por igual período, desde o momento de sua edição.
- e) Em até 24 horas; Senado ou à Câmara; 60; improrrogáveis, a partir de então.

DIREITO CIVIL

33. Em fevereiro de 2020 foi editada a Lei 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. O seu art. 8º estabelece que a referida Lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus responsável pelo surto. Em seguida, o seu art. 9º determina que a Lei entra em vigor na data de sua publicação. De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.
- b) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- c) A lei posterior não revoga a anterior quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.

e) Salvo disposição em contrário, a lei revogada restaura-se por ter a lei revogadora perdido a vigência.

34. Com relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar:

- a) O exercício dos direitos da personalidade não pode sofrer limitação voluntária.
- b) A pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade prescreve em 5 anos.
- c) A ampla liberdade de informação, opinião e crítica jornalística reconhecida constitucionalmente à imprensa é um direito absoluto.
- d) Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- e) O uso não autorizado da imagem de menores de idade gera dano moral *in re ipsa*.

35. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

- a) as energias que tenham valor econômico.
- b) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- c) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- d) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- e) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.

36. Nos negócios jurídicos, quando os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados, haverá:

- a) lesão.
- b) fraude contra credores.
- c) fraude contra a execução.
- d) dolo.
- e) simulação.

37. Em 10/03/2017, Glória foi atropelada por um ônibus de linha, pertencente à empresa privada “Via Verde”, que é concessionária do serviço público de transporte coletivo. A vítima sofreu fratura em uma perna e escoriações pelo corpo, ficando internada em hospital particular e com dificuldade de locomoção por vários meses. Em 19/03/2020, ela procura um advogado, desejando ingressar com ação de indenização por danos morais e materiais contra a concessionária, em virtude do ocorrido. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A pretensão não está prescrita, pois o prazo de prescrição das ações indenizatórias movidas em desfavor de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos de transporte é quinquenal.
- b) A pretensão não está prescrita, pois o prazo de prescrição das ações indenizatórias movidas em desfavor de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos de transporte é decenal.
- c) A pretensão está prescrita, pois o prazo de prescrição das ações indenizatórias movidas em desfavor de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos de transporte é trienal.
- d) A pretensão está prescrita, pois o prazo de prescrição das ações indenizatórias movidas em desfavor de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos de transporte é de um ano.
- e) A pretensão está prescrita, pois o prazo de prescrição das ações indenizatórias movidas em desfavor de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos de transporte é de dois anos.

38. Com relação à evicção, é correto afirmar:

- a) É vedado às partes reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- b) Pode o adquirente demandar pela evicção, ainda se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
- c) Se parcial, mas considerável, for a evicção, poderá o evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido.

d) As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, não serão pagas pelo alienante.

e) Salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, somente à restituição integral do preço ou das quantias que pagou, devidamente atualizados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

39. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. Sobre esse importante tema, assinale a alternativa correta:

- a) A gratuidade da justiça compreende as taxas ou custas judiciais, os selos postais, as despesas com publicação na imprensa oficial, mas não engloba os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial.
- b) Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.
- c) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- d) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
- e) A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, mas sempre consistirá na isenção total do pagamento das despesas.

40. Os auxiliares da justiça são todos aqueles que participam do processo para implementar a prestação jurisdicional, a exemplo do escrivão, do oficial de justiça, o perito e o depositário. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) O escrivão ou chefe de secretaria poderá praticar, de ofício, os atos meramente ordinários, sem a necessidade de ato regulamentar por parte do juiz titular.
- b) Não há qualquer consequência (cível, penal ou administrativa) para o escrivão ou chefe de secretaria que, porventura, preterir alguma parte na ordem cronológica de conclusão de processos.
- c) O oficial de justiça exerce importante papel na autocomposição das partes pois certificará, em mandado, a proposta apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber.
- d) O oficial de justiça deverá executar as ordens do juiz a que estiver subordinado e entregar o mandado em cartório após seu cumprimento, mas não efetuará avaliações em hipótese alguma - estas caberão ao avaliador do juízo.
- e) O escrivão, o chefe de secretaria e o oficial de justiça serão responsáveis, civil e regressivamente, quando agirem com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

41. Os atos processuais são aqueles realizados no processo e que têm por consequência imediata a constituição, a conservação, o desenvolvimento, a modificação ou a extinção de um processo. Considerando o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos processuais são registros pelo Princípio da Liberdade das Formas e da Instrumentalidade das Formas, de modo que independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente exigir, e são considerados válidos os que, ainda que realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- b) Os atos processuais são públicos, mas poderão tramitar em segredo de justiça os processos que versem sobre os interesses estatais.
- c) Se o processo versar sobre arbitragem, inclusive sobre o cumprimento de carta arbitral, tramitará

em segredo de justiça, ainda que a confidencialidade não esteja estipulada na arbitragem.

- d) Quando o processo tramitar em segredo de justiça, é vedado qualquer acesso de terceiro a certidão do dispositivo de sentença.
- e) O documento redigido em língua estrangeira poderá ser juntado aos autos quando o juízo competente demonstrar domínio da língua em questão.

42. Os atos processuais devem ser realizados em um determinado tempo e lugar. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas, mas não poderão ser concluídos após tal horário.
- b) Havendo autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido.
- c) Em se tratando de prática eletrônica de ato processual, este poderá ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo. Nesse caso, será observado o horário oficial de Brasília.
- d) Os atos processuais serão realizados em dias úteis. Os feriados, por sua vez, além dos declarados em lei, são os sábados e os domingos.
- e) Os atos processuais realizar-se-ão ordinariamente na sede do juízo, ou, excepcionalmente, em outro lugar em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.

43. A audiência de instrução e julgamento é considerada um ato processual complexo em razão dos inúmeros atos que são praticados. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, caso não tenham sido empregados anteriormente outros métodos de solução consensual de conflitos.
- b) O juiz exerce o poder de polícia e tem o dever de manter a ordem e o decoro na audiência, ordenar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente, mas não está obrigado a registrar em ata todos os requerimentos apresentados, apenas aqueles que interferirem, diretamente, no julgamento do mérito.
- c) A audiência poderá ser adiada por convenção das partes, por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 minutos do horário marcado e se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar.
- d) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência. Tal regra não se aplica ao Ministério Público quando atuar como fiscal da ordem jurídica.
- e) Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear para formular quesitos e considerações.

44. O Código de Processo Civil de 2015 valorizou bastante os precedentes judiciais ao criar, por exemplo, o incidente de assunção de competência, o incidente de resolução de demandas repetitivas e o fortalecimento do recurso extraordinário e especial repetitivos. Considerando as disposições do Código, assinale a alternativa correta:

- a) Ao editar enunciados de súmula, os tribunais devem ater-se às circunstâncias fáticas e jurídicas dos precedentes que motivaram sua criação.
- b) Os juízes e os tribunais observarão as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade e do Superior Tribunal de Justiça em recursos especiais.

c) A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.

d) Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, deverá haver modulação dos efeitos, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.

e) O Código de Processo Civil considera 'julgamento de casos repetitivos' a decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas, incidente de assunção de competência, recursos

DIREITO PENAL

45. A Doutrina elenca princípios limitadores ao exercício do ius puniendi. Um desses princípios estabelece que o Direito Penal somente deve interferir na vida em sociedade quando as demais formas de controle social se mostrarem insuficientes para a proteção de determinado bem jurídico.

A definição acima corresponde, mais precisamente, ao princípio:

- a) da subsidiariedade
- b) da proporcionalidade
- c) da fragmentariedade
- d) da humanidade
- e) da ofensividade

46. De acordo com as disposições do Código Penal, são espécies de penas restritivas de direitos, EXCETO:

- a) limitação de fim de semana
- b) prestação de serviços à comunidade
- c) multa
- d) prestação pecuniária
- e) interdição temporária de direitos

47. José, então com 20 anos de idade, praticou, em 10.06.2014, um crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). A denúncia foi recebida em 15.05.2015, tendo sido proferida sentença condenatória publicada em 17.03.2019, condenando a José à pena de 01 ano de reclusão e multa de R\$ 3.000,00. O Ministério Público não interpôs recurso, tendo a defesa de José interposto apelação.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, em sua modalidade retroativa, atingindo tanto a pena privativa de liberdade quanto a pena de multa
- b) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva comum ou ordinária, atingindo tanto a pena privativa de liberdade quanto a pena de multa
- c) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, em sua modalidade retroativa, atingindo somente a pena privativa de liberdade
- d) Ocorreu a prescrição da pretensão executória, atingindo tanto a pena privativa de liberdade quanto a pena de multa
- e) Não ocorreu prescrição

48. Ao realizar o pagamento de suas compras em determinado supermercado da região, José recebeu de troco duas cédulas falsas de R\$ 10,00, sem ter percebido a falsidade. Chegando em casa, ao conferir o troco, percebeu a falsidade das cédulas. Revoltado, José decidiu não ficar no prejuízo. Assim, compareceu ao açougue do bairro e comprou alguns produtos, pagando com as cédulas falsificadas.

Nesse caso, é correto afirmar que José:

- a) Não praticou crime, pois recebeu as cédulas falsas de boa-fé
- b) Praticou crime de moeda falsa, em sua forma simples
- c) Praticou crime de estelionato
- d) Praticou crime de moeda falsa privilegiada
- e) Não praticou crime, dada a aplicação do princípio da insignificância

49. José, Oficial de Justiça do TJRJ, dirigiu-se a uma residência para cumprir mandado de reintegração de posse. Ao chegar ao local, foi interpelado por Maria, atual ocupante do imóvel, que implorou a José pelo não cumprimento do mandado. José, comovido, cede ao pedido de Maria e retarda indevidamente o cumprimento do mandado por seis meses, de forma a permitir que Maria procure um novo lugar para residir.

Nesse caso, é correto afirmar que José:

- a) Praticou crime de prevaricação
- b) Praticou crime de corrupção passiva privilegiada
- c) Praticou crime de condescendência criminosa
- d) Praticou crime de prevaricação imprópria
- e) Não praticou crime, eis que houve mero retardamento do ato

50. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os crimes de corrupção ativa e passiva são tipicamente bilaterais, de forma que um só poderá existir caso o outro exista
- b) O crime de corrupção ativa é crime formal, consumando-se no momento em que o particular entrega a vantagem indevida prometida anteriormente ao servidor
- c) O crime de concussão é crime formal, podendo ser praticado inclusive por quem está afastado do cargo, mas não por quem ainda não assumiu a função
- d) O crime de peculato mediante erro de outrem se verifica quando funcionário público induz o particular a erro, obtendo vantagem patrimonial indevida.
- e) O crime de advocacia administrativa, apesar do nome, pode ser praticado por qualquer funcionário público, ainda que não esteja inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil

DIREITO PROCESSUAL PENAL

51. Em determinado Inquérito Policial instaurado para apurar a suposta prática do crime de lesão corporal grave, praticado por José contra Pedro, o MP promoveu pelo arquivamento do inquérito policial, por entender ter havido legítima defesa. O Juízo acolheu o pedido e homologou o arquivamento do inquérito policial. Dois meses depois, Pedro conseguiu um vídeo de uma câmera de segurança pertencente a um estabelecimento comercial próximo ao local do crime, no qual fica evidente que José não agiu em legítima defesa.

Nesse caso, conforme entendimento do STF, é correto afirmar que:

- a) Será possível a retomada das investigações, pois o arquivamento do inquérito policial com base em excludente de ilicitude não faz coisa julgada material
- b) Será possível a retomada das investigações, desde que haja autorização judicial
- c) Não será possível a retomada das investigações, pois a decisão de arquivamento fez coisa julgada material
- d) Não será possível a retomada das investigações, pois o vídeo não pode ser considerado prova nova
- e) Não será possível a retomada das investigações, pois o arquivamento do inquérito policial sempre faz coisa julgada material

52. José sequestrou Maria, com o objetivo de exigir da família desta um pagamento pelo resgate. O sequestro ocorreu em Niterói-RJ, tendo sido Maria levada para um cativado na cidade de Magé-RJ, onde permaneceu por duas semanas. Posteriormente, Maria foi levada para outro cativado, na cidade de Campos-RJ, onde permaneceu por uma semana até sua libertação por José.

Nesse caso, é correto afirmar que a competência territorial para processar e julgar a futura ação penal será:

- a) Do Juízo da comarca de Niterói-RJ, onde ocorreu a captura

- b) Do Juízo da comarca de Magé-RJ, onde Maria permaneceu a maior parte do tempo
- c) Do Juízo da comarca de Campos-RJ, onde ocorreu a libertação de Maria
- d) Do Juízo das comarcas de Niterói-RJ, Magé-RJ ou Campos-RJ, a critério do Ministério Público
- e) Do Juízo das comarcas de Niterói-RJ, Magé-RJ ou Campos-RJ, firmando-se pela prevenção

53. Lorena foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação, em tese praticado por José. Por meio de um procurador com poderes especiais, Lorena ofereceu representação perante a delegado de polícia, 08 meses após a prática do crime, pois só descobrira a autoria delitiva há 01 mês. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) houve decadência do direito de representação, eis que exercido fora do prazo
- b) não houve decadência do direito de representação, mas a representação não foi válida, eis que não se admite sua apresentação por procurador, por se tratar de ato personalíssimo
- c) não houve decadência do direito de representação, mas a representação não foi válida, eis que realizada perante a autoridade policial
- d) A representação foi válida, mas somente será retratável até o oferecimento da denúncia
- e) Caso o MP não ofereça denúncia no prazo legal, mas peça o arquivamento do inquérito policial, Maria poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.

54. Acerca da regulamentação do CPP sobre o tema de provas, analise as assertivas a seguir:

- I - Os ascendentes e descendentes do acusado são dispensados de depor, mas caso queiram prestar depoimento, serão ouvidos como testemunhas não compromissadas
- II - Salvo disposição em contrário, as partes poderão produzir prova documental em qualquer fase do processo
- III - O exame de corpo de delito é indispensável nos crimes que deixam vestígios, mas caso estes desapareçam, a prova testemunhal poderá suprir a ausência do exame de corpo de delito
- IV - A acareação pode ser realizada entre testemunhas e ofendidos, mas não entre estes e os acusados

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I
- b) I, II e III
- c) II e III
- d) I e IV
- e) II e IV

55. Acerca da prisão, da liberdade provisória e da fiança, assinale a alternativa correta:

- a) A autoridade policial somente poderá arbitrar fiança nos casos de infração penal de menor potencial ofensivo
- b) A inafiançabilidade de determinada infração penal impede a concessão de liberdade provisória, ainda que sem fiança
- c) O quebramento injustificado da fiança importa, dentre outras consequências, na perda de metade do valor pago a título de fiança
- d) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 70 anos ou portador de doença grave
- e) A fiança não pode ser aplicada cumulativamente com outras medidas cautelares diversas da prisão

56. Acerca dos recursos e do habeas corpus, assinale a alternativa correta:

- a) É cabível recurso em sentido estrito para impugnar a decisão que reconhece a extinção da punibilidade pela prescrição
- b) Não é nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.
- c) A renúncia do réu ao direito de apelação, ainda quando manifestada sem a assistência do defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta.
- d) O efeito regressivo ou diferido está presente em algumas modalidades recursais, como o recurso em sentido estrito e a apelação
- e) O habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa, mas não pelo Ministério Público.

LEGISLAÇÃO

57. Considere

- I - telefone;
- II - fax;
- III - correio eletrônico;
- IV - via postal;
- V - mensageiro.

Segundo a Consolidação Normativa Judicial, os serviços judiciários, inclusive os administrativos, comunicar-se-ão entre si e com terceiros por meio dos instrumentos indicados em

- a) Apenas em I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e IV
- c) Apenas I e II
- d) Todos os itens
- e) Nenhum dos itens

58. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, A transmissão via fax de petições relativas a ações originárias de 1ª instância, no Foro Central da Comarca da Capital

- a) somente poderá ser feita ao PROGER em dias de normal expediente forense, no horário compreendido entre 11h e 18h, através dos telefones veiculados pelo DJERJ.
- b) somente poderá ser feita ao PROGER em dias de normal expediente forense, no horário compreendido entre 12h e 18h, através dos telefones veiculados pelo DJERJ.
- c) poderá ser feita ao PROGER em dias de normal expediente forense, no horário compreendido entre 11h e 18h, e nos dias sem expediente entre 13h e 17h.
- d) poderá ser feita ao PROGER em dias de normal expediente forense, no horário compreendido entre 12h e 18h, e nos dias sem expediente entre 14h e 18h.
- e) poderá ser feita em qualquer dia e qualquer horário.

59. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, qual o nome que se dá ao instrumento que estabelece comunicação exclusivamente externa, com agentes que não integram a estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, podendo conter solicitações, recomendações ou informações

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

60. No cumprimento de suas funções, os Juízes Auxiliares da Corregedoria e Servidores habilitados poderão expedir determinados atos.

Segundo a Consolidação Normativa Judicial, o instrumento para expor manifestação técnica ou jurídica sobre matéria versada em processo administrativo é denominado

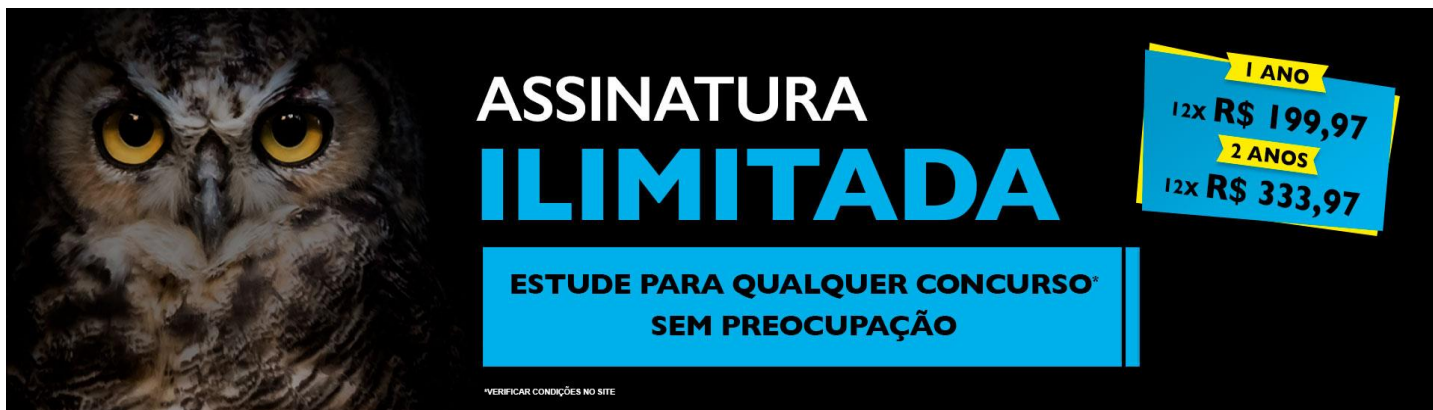
- a) parecer
- b) manual
- c) declaração
- d) atestado
- e) certidão

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-22-03>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE